

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.977 - PR (2019/0234345-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438
DANIELLE BAPTISTA E OUTRO(S) - PR057356
GUILHERME ALVARES PEREIRA - PR065807
RECORRIDO : LUIS ALFREDO ALVES & CIA LTDA
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE LIMA - PR032057
INTERES. : BANCO BANESTADO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI E OUTRO(S) - PR005438
RENANN CYPRIANO DE OLIVEIRA - PR055411
AGRAVANTE : LUIS ALFREDO ALVES & CIA LTDA
ADVOGADO : MARCO ANTONIO DE LIMA - PR032057
AGRAVADO : BANCO BANESTADO S.A
AGRAVADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438
DANIELLE BAPTISTA E OUTRO(S) - PR057356
GUILHERME ALVARES PEREIRA - PR065807

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/2015) interposto por LUIS ALFREDO ALVES & CIA LTDA em face da decisão acostada à fl. 1.521-1.527, e-STJ, que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pela ora agravante.

Na oportunidade, assentou a Corte local que seriam aplicáveis ao caso os seguintes óbices:

(1) incidência da Súmula 7 do STJ, no que tange: (a) à cobrança dos lançamentos de rubricas nº 60, 63, 64 e 80; (b) à inexistência de ato ilícito; (c) à majoração dos honorários advocatícios; e (d) à alteração da distribuição dos ônus da sucumbência;

(2) incidência da Súmula 283 do STF, quanto à comissão de permanência, tendo em vista a falta de ataque aos fundamentos adotados pelo acórdão recorrido; e

(3) incidência da Súmula 282 do STF, no que pertine à compensação dos honorários advocatícios;

Nas razões do presente agravo (fls. 1.530-1.544, e-STJ), a companhia insurgente alega: a) o preenchimento de todos os requisitos para a admissão do recurso especial; b) ser evidente o prequestionamento, diante da oposição dos embargos de declaração na origem; c) não ser caso de incidência da Súmula 7 do STJ e 283 do STF, pois não pretende a devolução de matéria fática, apenas a aplicação do direito à espécie. Reitera os argumentos lançados no apelo extremo.

Contraminuta às fls. 1.548-1.551, e-STJ.

É o relatório.

O recurso não é admissível, por violação ao princípio da dialeticidade.

1. Conforme já decidiu o STJ, "à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a **demonstrar** que o julgamento proferido

pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, **não basta** que faça **alegações genéricas** em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge" (**AgRg no Ag 1.056.913/SP**, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 26.11.2008 - grifos nossos).

No caso dos autos, observa-se que a companhia insurgente não combateu, especificamente, todos os fundamentos utilizados pela Corte Estadual para inadmitir o processamento do apelo extremo, limitando-se a reiterar as razões de mérito do recurso especial, sem indicar qualquer fundamento ou julgado que pudesse dar amparo às suas alegações, deixando de refutar, de forma arrazoada, a incidência dos óbices indicados.

Na hipótese em que se pretende impugnar a incidência da Súmula 282 do STF, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas desafiar esse fundamento, demonstrando que a matéria alegada em sede de recurso especial fora objeto de deliberação pela Corte estadual, evidenciando em que trecho do acórdão recorrido houve o enfrentamento, ainda que implícito, da matéria aduzida no recurso especial, com vistas a demonstrar o preenchimento do indispensável requisito do questionamento.

Quanto à incidência da Súmula nº 283 do STF, deveria o insurgente ter demonstrado o ataque específico aos fundamentos apontados na decisão agravada que são capazes de manter o acórdão recorrido por si só, o que não ocorreu.

Com relação ao óbice da Súmula 7/STJ, a parte deve demonstrar que o conhecimento da sua pretensão recursal não demanda o revolvimento de fatos e provas, o que não foi feito no caso. Convém destacar que a alegação genérica de que o tema discutido no recurso especial representa matéria de direito (incluindo aí as hipóteses de qualificação jurídica dos fatos e valoração jurídica das provas), e não fático-probatória, não é apta a impugnar, de modo específico, o fundamento da decisão atacada. Ao revés, deve a parte agravante refutar o citado óbice mediante a exposição da tese jurídica desenvolvida no recurso especial e a demonstração da desnecessidade do reexame de matéria de prova para que se chegue a conclusão diversa daquela em que se firmou o acórdão recorrido.

É dever da parte agravante (à luz do princípio da dialeticidade) demonstrar o desacerto do magistrado ao fundamentar a decisão impugnada, atacando especificamente e em sua totalidade o seu conteúdo, nos termos do art. 932, III, do CPC/15, o que não ocorreu na espécie.

A propósito, entendimento recente da Corte Especial, firmado no EAREsp 746.775/PR, no qual se ressaltou que o julgado que inadmite o apelo nobre é incindível, devendo ser impugnado em sua totalidade.

Por oportuno, transcreve-se a ementa do aludido *leading case*:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator

"não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

Ausente a impugnação específica aos fundamentos da decisão agravada, impõe-se o não conhecimento da irresignação.

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, não conheço do agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator